



Herança material e simbólica dos campos de concentração no Ceará | *Isabelle Viana Coelho*

Mestranda no Programa de Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais | isabellebianacoelho@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo analisar os vestígios materiais e simbólicos remanescentes dos campos de concentração que existiram no interior do Ceará durante a seca de 1932. Estes foram criados para manter os flagelados da seca, com suas carências, mazelas e doenças longe da capital cearense. Para tal análise, será feita uma abordagem histórica dos eventos ligados a esse episódio com posterior reflexão acerca dos desdobramentos e heranças desses campos e sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e histórico como forma de fortalecimento da identidade local e suas memórias coletivas. Serão utilizados conceitos propostos por estudiosos como Lugares de Memória, Sítios de Consciência e patrimônio material e imaterial. Discutem-se também as possíveis relações entre a questão da preservação do patrimônio e o compromisso com a responsabilidade social e o engajamento político.

Palavras-chave: seca; campos de concentração; lugares de memória; sítios de consciência.

251

Material and symbolic heritage of the Ceará concentration camps

Abstract. The main objective of this paper is to analyze the remaining material and symbolic remnants of the concentration camps that existed in the interior of Ceará during the 1932 drought. These were created to keep those suffering from drought, with its shortages, ailments and diseases away from the capital of Ceará. To this end, a historical approach will be made to the events linked to this episode with further reflection on the developments and heritages from these fields and on the importance of preserving cultural and historical heritage as a means of strengthening local identity and their collective memories. Concepts proposed by scholars such as Places of Memory, Sites of Consciousness and material and immaterial heritage will be used. It also discusses the possible relationship between the issue of heritage preservation and the commitment to social responsibility and political engagement.

Key-Words: drought; concentration camps; places of memory; places of consciousness.



Introdução

O presente trabalho se ocupa da temática referente aos campos de concentração instalados pelo Estado brasileiro no Ceará durante a seca de 1932, compreendida na primeira fase da Era Vargas (1930-1934), o Governo Provisório. Esses campos foram criados para manter os flagelados da seca, com suas carências, mazelas e doenças longe da capital cearense. Fortaleza, nesse período, passava por transformações do auge da *Belle Époque* com seus anseios higienistas.

Em dezembro de 1931 já se anunciava a seca que se aproximava do estado do Ceará. No final de março de 1932, grandes levas de retirantes enchiam de tristeza e fome as estradas do sertão. Das mais diversas áreas do interior do estado saíam homens e mulheres a caminho da cidade, carregando suas famílias e alguns poucos pertences. Muitos sertanejos se juntavam e formavam bandos de flagelados que caminhavam longos trechos a pé em busca de uma cidade com estação de trem. As estradas de poeira acabavam onde começavam as estradas de ferro¹.

Nesse momento, o debate sobre a seca, que desde 1930 assolava o sertão do Ceará, começava a ocupar mais espaço na imprensa de Fortaleza. O pavor com a chegada dos retirantes estava presente diariamente nos jornais da capital. A população exigia do governo medidas extremas para conter as levas cada vez maiores de flagelados que chegavam à cidade. Esse cenário de terror que se criou em cima da vinda dos retirantes para a capital e a pretensa preocupação com o destino desses indivíduos, deram respaldo e legitimidade aos projetos da elite de controle da situação. O poder público e a burguesia entendiam que era urgente conter a força demolidora da multidão que chegava de todas as partes do estado e promover assistência a essas famílias que se encontravam em situação de extrema miséria. No meio de várias polêmicas, a construção de novos campos de concentração durante a seca de 1932 foi uma das ideias colocadas em prática pelo poder público para tentar salvar a cidade e os flagelados².

Os “currais do governo”, como estes espaços ficaram conhecidos, deixaram suas marcas na população e no território onde se localizaram. Os vestígios materiais e simbólicos desse passado, hoje, fazem parte do cotidiano da população que ali ainda vive e, diante de uma memória tão marcante para o povo daquele lugar, faz-se necessário promover uma maior visibilidade a essas materialidades, histórias e dinâmicas ainda preservadas e reproduzidas, bem como às que foram apagadas pelo tempo, sobretudo por interesses políticos.

Políticas de isolamento e poder

Os campos de concentração que existiram no Ceará foram uma resposta governamental ao intenso fluxo de pessoas que praticavam o êxodo rural, fugindo da seca no sertão, em direção à Fortaleza. As atitudes tomadas pelo governo nas secas



de 1879 e 1915 já apresentavam fortes indícios sobre as estratégias de isolamento em face da presença dos flagelados na cidade. De uma visão assistencialista confusa e descentralizada em 1879, chega-se ao campo de concentração do Alagadiço em 1915. Deste, passando pela interiorização de algumas atividades e pela introdução de obras públicas conectadas à assistência social, chegou-se à experiência ampla, interiorizada e centralizada dos campos de concentração em 1932³.

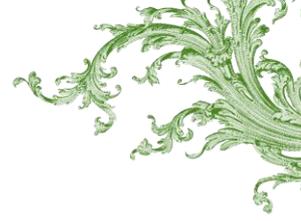
Os saberes constituídos sobre os retirantes já haviam chegado a conclusões importantes, devido às experiências das secas anteriores. Primeiro, se sabia que era preciso evitar a periódica invasão da capital pelo flagelado através de medidas que resultassem na sua fixação junto aos locais de trabalho e moradia. Um critério de localização deveria ser instalado. Segundo, se compreendia que só isolar não era mais suficiente, era preciso intervir no cotidiano desses invasores, disciplinar seus corpos e suas mentes, estabelecer um critério de organização. A partir disso foram idealizados novos campos de concentração espalhados ao longo das duas vias férreas que cortavam o estado à época⁴.

Em meados de abril de 1932 foram criados sete campos de concentração por todo o estado do Ceará, sendo dois na capital. De acordo com Kenia Rios:

Para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e a outras cidades do Estado, foram erguidos sete “Campos de Concentração” (em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, Cariús, Crato e dois em Fortaleza). Eram locais para onde grande parte dos retirantes foi recolhida a fim de receber do governo comida e assistência médica. Dali não podiam sair sem autorização dos inspetores do Campo. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados. Ali ficaram “encurralados” milhares de retirantes a morrer de fome e doenças⁵.

Segundo Frederico Neves⁶, os currais do governo, como ficaram conhecidos, foram distribuídos de maneira estratégica ao longo das duas vias férreas que cortavam o estado, revelando uma nítida preocupação em proteger a capital das invasões dos flagelados. Os campos em Crato e Cariús cobriam a zona sul do Ceará e toda a populosa região do Cariri, inclusive recebendo gente de outros estados. Quixeramobim e Senador Pompeu se encontravam no Sertão Central, uma área amplamente atingida pela seca e cortada pela estrada de ferro de Baturité, principal meio de transporte para a capital. Ipu, enfim, era local de passagem da zona norte e ponto de acesso à estrada férrea de Sobral, que ligava esta área a Fortaleza. Na capital, a instalação dos campos se deu também próxima à linha férrea, encaminhando os flagelados para a concentração antes que eles tivessem chance de chegar ao centro. A ideia dos campos era manter o controle sobre a vida do retirante, aprisionando-os nos arredores das estações, diluindo assim as tensões que se constituíam nos pontos de trem e ao mesmo tempo evitando a migração para a capital pelas vias férreas.

Apesar de todo o esforço do governo em passar a imagem dos campos de concentração como sistemas altamente organizados, humanitários e preocupados com a saúde e higiene dos flagelados, a realidade vivida pelos concentrados era outra



completamente diferente da relatada pelos órgãos oficiais. Os campos eram na maioria das vezes terrenos cercados apenas com varas e arames farpados, formando acampamentos insalubres. Eles funcionavam como uma prisão, onde os que lá chegavam não tinham permissão para sair, com exceção da convocação para algum trabalho como a construção de estradas e açudes ou obras de melhoramento urbano de Fortaleza. Havia uma vigilância atenta, dia e noite, para evitar fugas e rebeliões. Em algumas concentrações existia um lugar específico para o castigo e a punição exemplar⁷.

A imagem que se tinha ao chegar a esses lugares era perturbadora. Centenas de pessoas amontoadas em condições precárias de higiene, expostas a doenças, morrendo de fome devido à insuficiência e má qualidade da alimentação. Homens, mulheres, velhos e crianças com cabeças raspadas para combater piolhos, alguns vestidos em sacos de farinha com buracos para enfiar o pescoço. Os corpos dos muitos que morriam todos os dias de fome e cólera eram enterrados em valas rasas, como indigentes, amontoados uns sobre os outros. Seus nomes e histórias perdidos na imensidão de dores e memórias de milhares de flagelados.

Senador Pompeu, cidade situada no sertão central cearense, abrigou o maior campo de concentração da seca de 1932, e é uma das únicas cidades no estado do Ceará ligadas a esse infeliz episódio a possuir remanescentes arquitetônicos do período.

O campo de concentração do Patu em Senador Pompeu

A cidade de Senador Pompeu, localizada na macrorregião definida como Sertão Central, distante 231 km em linha reta da capital Fortaleza, foi ponto estratégico para a implantação do campo de concentração por alguns fatores dos quais se destaca: sua localização privilegiada, em um ponto central do estado, a presença da linha férrea que cruzava a cidade e a existência de um complexo de edificações que se encontravam sem uso e serviriam para acomodar as centenas de flagelados que chegavam à estação da cidade. Essas edificações foram construídas entre 1919 e 1923 para abrigar os trabalhadores da construção da barragem do Patu, e distavam aproximadamente 3,5 km da sede do município.

O projeto da barragem teve seus primeiros estudos de elaboração datados de 1919, e suas fundações escavadas dois anos depois pela firma inglesa *Dwight P. Robinson & Co*, após a assinatura do contrato com a recém-criada Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS). A construção tinha como objetivo sanar os efeitos da escassez de chuvas, porém, por falta de verbas, foi paralisada em 1923, sendo retomada em 1984 após reformulação do projeto e concluída apenas em 1987. Antes da construção da barragem ter sido interrompida, os engenheiros ingleses contratados para a empreitada edificaram uma vila operária com pontos de apoio para seus



trabalhos na obra. O complexo de prédios erguidos ali ficou conhecido como Vila dos Ingleses e foi aproveitado para a instalação do Campo de Concentração de Senador Pompeu⁸.

Este complexo constituía-se originalmente de 9 residências (casas dos apontadores, dos engenheiros e do engenheiro-mor), 1 hospital, 1 estação ferroviária, 1 armazém, 1 oficina, 1 casa de geração de energia, 2 locais para armazenamento de pólvora e uma vila operária composta por aproximadamente 200 casas, estas últimas de taipa. Os retirantes foram distribuídos nas casas construídas para os operários da barragem. Quando já estavam lotadas, as famílias passaram a montar barracos na região. A casa do engenheiro-mor virou o ponto de administração da concentração e de distribuição de alimentos para os flagelados. As demais edificações oficiais abrigaram outras diversas funções relativas ao Campo. Lá foram confinadas mais de 16 000 pessoas.

O Patu esteve sempre presente na imprensa, sobretudo com denúncias da situação de maus tratos sofridos pelos concentrados. Os retirantes eram constantemente vigiados por homens armados que exerciam o serviço de polícia, evitando fugas e mantendo a ordem geral. Este serviço era feito por duas turmas de 36 homens que se revezavam, divididos em cinco postos durante o dia e seis no turno da noite. Havia punições para os que não cumpriam a ordem, um local conhecido como sebo, que funcionava como uma espécie de cadeia, mas que não era oficialmente registrado pela imprensa da época. Há, porém, registros de relatos dos confinados, nos quais as reclamações relativas aos guardas e aos barbeiros são recorrentes⁹.

Após o fim da seca de 1932, o Campo de Concentração do Patu foi imediatamente desfeito, e os retirantes voltaram para suas terras ou se estabeleceram na região.

A utilização da estrutura da Vila dos Ingleses para abrigar o Campo de Concentração do Patu deixou fortes marcas no imaginário de todos os cidadãos pompeuenses, havendo uma vinculação imediata da área a este acontecimento. As construções na área de entorno do açude [Fig. 1, 2, 3 e 4] ali estão como um registro do que foi a política de assistência adotada pelo Governo, marcada pela exclusão e exploração da miséria.



As “Santas Almas da Barragem” e a Caminhada da Seca

A maior parte dos sertanejos que ocupavam os campos não era adepta de um catolicismo ortodoxo, sendo isso fruto do meio em que viviam antes de para lá serem levados. Nesses lugares, a presença de um padre era rara, logo, os sacramentos não possuíam a importância fundamental que a Igreja Católica atribui.

De acordo com Martins¹⁰, suas vivências religiosas eram constituídas sobretudo por um relacionamento com o sagrado sem a mediação de sacerdotes, compostas por uma tessitura de ligações com o santo protetor, diante do qual eram realizados os pedidos, agradecimentos e orações. O sertanejo, em busca de apaziguar sua dor e enfrentar as angústias da vida sem chuva, buscava, por intermédio dos santos, a cura para todos os seus males do corpo e da alma.

Segundo Kenia Rios:

Para o sertanejo, não só a cura guardava relação com as forças do sagrado. A realização de determinados rituais religiosos poderia, também, acabar com uma seca. Realizar procissões, promessas ou roubar a imagem do santo da igreja e só devolvê-la com a chegada das chuvas eram (e são) práticas de fundamental importância nas estratégias de combate à seca. E, nessa perspectiva, a noção de êxito da estratégia possui características próprias. Mesmo sem o sucesso desejado, o sertanejo não

[Fig. 1] Antiga casa do engenheiro-mor, Senador Pompeu, Ceará. Fonte: Isabelle Viana (2018).



abandonava sua fé. Em linhas gerais, a fé continuava produzindo esperança e arrefecendo as dores... Tudo indica que essa “crendice” não era vulnerável às “dificuldades do momento”: a religiosidade era uma das formas de enfrentar as agruras da seca¹¹.

[Fig. 2] Antigo armazém, Senador Pompeu, Ceará. Fonte: Isabelle Viana (2018).

Diante da morte dos seus entes queridos e do tratamento desumano a que foram submetidos seus corpos, coube aos sobreviventes do campo de concentração do Patu, seguindo uma tradição da fé católica, devotar especial atenção a estes mortos, ao ponto de santificá-los popularmente.

Com o fim da seca de 1932, os retirantes se dispersaram pelo sertão do Ceará, e deram início de forma silenciosa a devoção às almas daqueles que padeceram durante a seca. Os devotos acreditavam que o povo que sofreu seria um caminho de intercessão a Deus. Durante os anos que se seguiram à dissolução do campo, tomou corpo esse culto individual e familiar, próprio das tradições da religiosidade popular¹².



[Fig. 3] Antiga oficina, Senador Pompeu, Ceará. Fonte: Isabelle Viana (2018).



[Fig. 4] Antiga estação, Senador Pompeu, Ceará. Fonte: Isabelle Viana (2018).



Essa é uma prática comum no Sertão, resultante da força inventiva da devoção popular, que por apropriação e assimilação do costume católico de santificar, converte em santos indivíduos, mesmo sem a oficialidade da Igreja. Aqueles sofredores anônimos, sem identidade pessoal, coletivizados desde o momento da morte, foram santificados sob o epíteto de Almas da Barragem. É por meio dessa devoção que cada retirante sobrevivente e sua família, inicialmente criou, a seu modo, as práticas devocionais, preservando por meio de suas lembranças uma memória dos acontecimentos vividos. Memória que posteriormente seria compartilhada, apropriada e reinventada.

Essa devoção fez com que em 1973 fosse edificado o Cemitério da Barragem do Patu [Fig. 5], uma construção simbólica realizada em mutirão pelos moradores da região, no local onde os mortos foram enterrados na época da seca de 1932. O objetivo de tal edificação era a sagração dos flagelados da seca mortos no campo do Patu, oferecendo aos familiares e devotos um lugar onde pudessem render suas orações às “Santas Almas da Barragem”. No ano de 1982, o padre Albino, vigário da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, igreja matriz da cidade, em memória às vítimas do campo de concentração do Patu, concretizou a primeira Caminhada da Seca [Fig. 6], dando início a uma manifestação ritualística que perdura até os dias de hoje e só cresce a cada ano. Todo segundo domingo de novembro a romaria realiza uma procissão em louvor às Santas Almas da Barragem, saindo da igreja matriz da cidade ainda de madrugada em direção ao cemitério do Patu. Segundo depoimentos, essa data foi escolhida devido à proximidade com o dia de Finados¹³.

[Fig. 5] Cemitério da Barragem do Patu, Senador Pompeu, Ceará. Fonte: Isabelle Viana (2018).





[Fig. 6] Caminhada da Seca de 2018, Senador Pompeu, Ceará. Fonte: Isabelle Viana (2018).

A fé nas almas da barragem é o principal elemento para entendermos a Caminhada. Os fiéis que frequentam a Caminhada e o Cemitério do Patu acreditam que os mortos na seca de 1932 são santos e suas almas realizam milagres. Essa manifestação partiu primeiramente da fé do povo na santidade das almas da barragem, estando em estado de latência até a iniciativa do padre. Muitas promessas são cumpridas todos os anos durante a procissão. Os fiéis caminham descalços na estrada de terra que leva até o cemitério e lá chegando oferecem pão e água para a alma dos flagelados, acendem velas e entoam orações e cânticos **[Fig. 7 e 8]**. Logo depois uma missa é celebrada, em agradecimento às graças alcançadas por intercessão das almas.



[Fig. 7] Fiel acendendo velas, Senador Pompeu, Ceará. Fonte: Isabelle Viana (2018).

Hoje em dia, o que restou do campo de concentração de Senador Pompeu são ruínas esquecidas na periferia da cidade. O sítio onde estão localizadas se tornou um local onde a população tem receio de permanecer devido ao abandono e ao descaso por parte do governo e até da própria população, que não estabelece com as ruínas uma relação formadora de identidade para a comunidade. Por outro lado, a Caminhada da Seca se tornou um ato simbólico com a capacidade de manter vivo na memória o martírio ocorrido, articulando-se também como um modo de fortalecimento da resistência popular em relação às injustiças sociais cometidas no passado e nos dias atuais. Pela sua importância narrativa, os vestígios materiais e simbólicos desse passado devem ser protegidos, promovendo uma maior visibilidade a essas materialidades, histórias e dinâmicas ainda preservadas e reproduzidas, bem como às que foram apagadas pelo tempo, sobretudo por interesses políticos.

No começo do ano de 2017, o Ministério Público no Ceará (MPCE) e a Prefeitura de Senador Pompeu firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para o tombamento do sítio arquitetônico da Barragem do Patu, da Vila dos Ingleses, do Cemitério e do Campo de Concentração do Patu, além do registro do bem imaterial da Caminhada das Almas. O objetivo é proteger o patrimônio histórico-cultural do município. Com a recente proposta, torna-se ainda mais evidente a importância de estudos que registrem e discutam o potencial social, histórico e arquitetônico do contexto que se pretende trabalhar.¹⁴

[Fig. 8] Fieis oferecendo água às almas da barragem, Senador Pompeu, Ceará. Fonte: Isabelle Viana (2018).





Patrimônio em debate

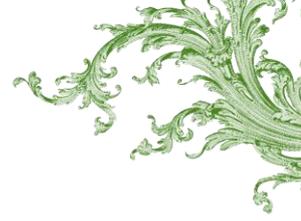
A noção de que os bens materiais carregam consigo uma força simbólica permitiu uma diluição das diferenças abruptas entre a produção material e imaterial. Essa riqueza simbólica irá caracterizar o bem cultural como único, proporcionando uma concepção mais rica e ampla sobre patrimônio cultural. Assim, com base nos conceitos de patrimônio como herança, cultura, criação e produção de um grupo social em um determinado espaço e tempo, chegamos à atual noção de Patrimônio Cultural como um conjunto de bens baseados nos valores simbólicos que lhe são atribuídos, constituídos e reconhecidos por uma sociedade como representativos de sua história. O bem é preservado não apenas para evocar a sua história, mas também sua memória cultural para os contemporâneos ou seus descendentes, sendo significativos para a formação de sua identidade. De acordo com Haroldo Gallo:

De nada adianta conservar aquilo sobre o que não se tem memória. E para que haja memória de alguma coisa é preciso que haja recordação no sentido literal do termo, sentido esse que abrange o conhecimento e apropriação de algo sobre o que se tem sentimento¹⁵.

A memória, nesse sentido, deve ser ativa e imaginativa, pois só se justifica a continuidade da vida de um artefato quando são restabelecidas relações deste com a nova vida que flui, relações que, portanto, também serão novas, ainda que se reportem à preexistência. Jeudy aponta:

O objeto permanece rei. Sua neutralidade e suas possibilidades simbólicas permitem-lhe garantir a origem dos relatos. Ao mesmo tempo, o objeto sem o relato não exprime mais que sua própria neutralidade. Uma exposição sobre um objeto cuja história é portadora de um conjunto de habilidades só adquire “vida” pela palavra que a acompanha, por esse jogo dos relatos ou dos fragmentos descritivos da cultura técnica. Do mesmo modo, um local de produção abandonado pede pra ser falado. Mas se os objetos e as construções desaparecem, qual o fim do relato? Ele não pode senão passar da palavra à escritura. Ele se torna ele mesmo objeto¹⁶.

Levando-se em consideração as discussões globais contemporâneas sobre a preservação do patrimônio e as novas categorias de patrimônio existentes, abre-se espaço para a reflexão de como patrimônios materiais ou imateriais estreitamente vinculados a minorias étnicas e culturais podem promover a valorização de identidades nacionais e locais. No caso de Senador Pompeu, a memória coletiva da população não está apenas nas lembranças, nos discursos, nas histórias contadas de geração a geração, mas também nas práticas sociais, nos hábitos anuais dos moradores que insistem em não deixar esquecido esse passado desolador. E toda essa história também ficou impressa nas ruínas edificadas que se tornaram testemunhas físicas desse episódio. A caminhada e as ruínas, constituindo-se como patrimônio imaterial e material respectivamente, tornam-se indissociáveis, e permitem a propagação da voz



de todos os flagelados que padeceram nas secas do Nordeste, servindo também como importante meio de divulgação e registro do patrimônio sertanejo cearense.

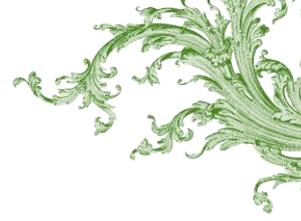
De acordo com Hoffman¹⁷, a valorização do passado, da memória e do patrimônio das cidades tem sido uma característica comum observada desde o final do século XX. Ela reflete uma série de novas relações que se desenvolvem entre os grupos humanos e os conjuntos espaciais que lhes dão ancoragem no mundo. Conforme apontam alguns estudiosos, temos na contemporaneidade uma verdadeira onda memorialística, em que se nota um crescimento na produção e difusão de diferentes tipos de narrativas de cunho memorial ou testemunhal, bem como a uma crescente proliferação de diversas instituições e lugares de memória.

Em meio a esta profusão de práticas e lugares memoriais destaca-se o surgimento, principalmente a partir de um discurso patrimonial, de novos espaços vinculados a memórias traumáticas, à dor e ao sofrimento. Este *boom* da memória, no que se refere à patrimonialização da dor e do sofrimento, tem talvez como seu exemplar maior a questão do Holocausto e a criação de espaços de memória relacionados. Na mesma direção, outros acontecimentos têm despertado uma série de memórias e narrativas como, o período ditatorial nos países da América Latina, o *Apartheid* na África do Sul, o Onze de Setembro nos EUA, bem como uma gama de outros eventos a nível internacional, nacional ou local¹⁸.

Michael Pollak¹⁹ aponta que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial”. Hugo Vezzetti²⁰ exalta que a memória é uma forma de trazer, até o presente, o que já foi vivido, sendo possível, entretanto, “recuperar o que foi vivenciado sem que as ações do passado tenham que ser repetidas, como se houvesse a criação de um novo elemento, uma nova acepção, a partir da pré-existência do fato”.

Evidencia-se assim uma obrigação de prestar contas ao passado, principalmente através de uma necessidade de marcar a época com a criação de lugares de memória. Esses espaços diversificados comumente constituem-se com o intuito de que as gerações futuras conheçam e não permitam que violações com o mesmo cunho voltem a ocorrer, além de compor um dos eixos estruturantes da reparação moral às vítimas da violência de Estado outrora sofrida. Geralmente, tais lugares de memória surgem a partir de movimentos sociais e políticos, na defesa de suas memórias. Instituem-se para evitar o esquecimento.

Pierre Nora fala sobre a necessidade da ritualização de uma memória e como este processo necessita de um espaço físico como âncora na formação de um tipo de memória exigida na sociedade contemporânea: a coletiva, que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação. Ele introduz em seu texto *Entre memória e história – a problemática dos lugares*, o conceito de Lugares de Memória (*Lieux de*



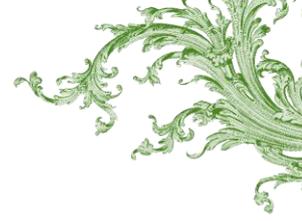
Mémoire): “os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora²¹”.

Esse conceito se identifica como um recurso que tem a finalidade de manter a memória viva e se refere aos diferentes tipos de apoio para resgate da lembrança de vítimas que foram sujeitas a supressões de direitos ou que foram submetidas à violência. O apelo que nossa sociedade faz de preservação de sua memória seria, em última instância, a necessidade de reconstituição de si mesma, encarada como algo formado do passado para o presente, por isso, preservar vestígios, trilhas, fósseis, etc. Nora apresenta sua categoria de “Lugares de Memória” como resposta a essa necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo. São nos grupos “regionais”, ou seja, étnicos, comportamentais, de gerações, de gêneros entre outros, que se procura ter acesso a uma memória viva e presente no dia-a-dia.

Os Lugares de Memória se configuram essencialmente ao serem espaços onde a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar a lembrança, tradicional meio de acesso a esta e, portanto, definidos por este critério: “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual²²”. Portanto, o ritual teria, nessa definição, o papel narrativo de consolidação e totalização, e é através de sua prática que se reúnem elementos característicos de um grupo, conferindo-lhe sentido, unificando-o.

Segundo Michael Pollak²³, os Lugares de Memória são locais que contém os vestígios da memória, criando assim um reconhecimento de sua história e um laço com sua identidade social. De acordo com Nora²⁴, os lugares de memória abrangem três aspectos específicos e que sempre estarão presentes e interligados, sendo os seguintes: material, funcional e simbólico. Em decorrência de sua perspectiva física, justifica-se o aspecto material; o aspecto funcional se refere à garantia da própria lembrança e de sua transmissão, não passando em momento inicial de uma mera conjectura; e, por derradeiro, evidencia-se o aspecto simbólico pelo fato de as lembranças provenientes de determinados acontecimentos estarem restritas a um pequeno número de pessoas, não havendo acesso direto pela maioria que não os vivenciou. Para além disso, a proteção de lugares de memória, quando em decorrência de situações advindas de ações provenientes do poder público, acompanha duas importantes compreensões, o reconhecimento estatal dos atos cometidos no passado e que não estavam em concordância com as ações que devidamente deveriam ter sido adotadas e a garantia de não repetição, decorrendo principalmente da visibilidade atribuída a partir da proteção estatal, evitando que fatos semelhantes venham a ocorrer no futuro.

A idealização de um mecanismo contra os efeitos do esquecimento é fundamental para se estabelecer a importância de determinadas memórias e conseqüentemente das bases a que estas se apegam, constatando-se a importância do patrimônio material à



manifestação cultural. O impulso necessário está, portanto, no resgate dos resquícios que sobreviveram ao tempo, ainda quando longínquos. O trabalho investigativo da busca pela verdade não se basta apenas pela oralidade dos depoimentos. O apoio nessa forma de recontar uma história está na materialização e, por consequência, na imortalização da memória através de monumentos, memoriais e museus. Para que não ocorra o temido esquecimento, a vontade coletiva de voltar ao passado e atar os elos do tempo rompidos pelo evento traumático mantém presente uma certeza do que não deve se repetir. O papel dos lugares de memória é justamente o de manter acesa a lembrança do ocorrido através do compartilhamento da memória individual para o grupo, promovendo aos envolvidos cura e fortalecimento e, aos que se engajam ao tema proposto, conhecimento social.

Segundo Rodrigues:

Os lugares de memória, então, podem ser considerados esteios da identidade histórica, contribuindo consideravelmente para evitar o esquecimento e o desprendimento do passado. De outro lado, nota-se que a memória dos vencidos é pouco explorada, estudada e perpetuada; ela é chamada de memórias subterrâneas ou marginais, e, normalmente, o que se vê é a perpetuação da memória do grupo dominador (vencedor), da classe social hegemônica de uma determinada região, e é essa memória que é documentada, monumentalizada, e sua história está concretamente amparada por textos e obras de arte, tornando-se história oficial. Visto que é a diversidade cultural que forma a memória e a identidade do local e constrói o patrimônio histórico, a memória marginal deve ser mais explorada para que uma boa parte da história não desapareça²⁵.

Existem inúmeras estratégias para se trabalhar a memória do trauma como formadora de uma identidade coletiva local. É essencial a promoção de uma nova política cultural da memória, que por seu caráter transnacional e abrangente, pode alimentar uma prática internacional de Direitos Humanos. As representações de traumas históricos propõem grandes desafios teóricos, éticos e políticos, que se refletem nas ações que tem como objetivo uma prestação de contas com o passado.

Dentre esses mecanismos de valorização de tal memória, surge o conceito dos Sítios de Consciência, que são espaços que informam sobre eventos traumáticos que impactaram a sociedade e que contribuem, dessa forma, para a valorização dos Direitos Humanos de forma a preservar a memória e gerar reflexões sobre o futuro, compreendendo eventos do passado. É, portanto, de grande importância, tanto para as pessoas que viveram determinados eventos como para as futuras gerações, uma vez que utiliza o lugar de memória como ferramenta pedagógica em uma dinâmica diferente da apresentada por outros meios. Além disso, é uma forma de estimular as comunidades a se unirem para a recuperação de suas memórias coletivas²⁶.

Os Sítios de Consciência podem ser qualquer memorial, museu, local histórico, iniciativa de memória ou organização não governamental que se comprometam com a promoção da cultura dos direitos humanos e com a reparação simbólica. Seu conceito envolve muito mais do que o lugar onde aconteceram os eventos traumáticos, e seu objetivo principal é o de criar a consciência²⁷.



A diferença entre esses dois últimos conceitos apresentados se encontra no próprio espaço físico, visto que os Lugares de Memória consistem nos locais em que outrora aconteceram esses eventos traumáticos, enquanto os Sítios de Consciência são os locais que utilizam da comunicação experiencial para trabalhar a memória. Isto posto, todo Lugar de Memória é também um Sítio de Consciência pela possibilidade comunicativo-pedagógica de evocar a memória. Por outro lado, um Sítio de Consciência não é necessariamente um Lugar de Memória por não estar, obrigatoriamente, localizado no espaço físico de episódios de grande comoção.

Analisando-se o conceito de Lugares de Memória e de Sítios de Consciência destaca-se a importância exercida pela arquitetura, que assume um papel central como um dos principais meios de comemoração de eventos traumáticos por todo o mundo. Museus, memoriais e monumentos são construídos com o objetivo de “abrigar” estas memórias para que as gerações futuras conheçam e não permitam que violações com o mesmo cunho voltem a ocorrer. Tornam-se espaços de representação que carregam a mensagem central das narrativas do trauma, “nunca mais”. Estas instituições permitem o entrelaçamento entre as esferas privadas e públicas destas memórias e compõem um dos eixos estruturantes da reparação moral às vítimas.

Hoffman²⁸, afirma que a ligação entre os indivíduos, os agrupamentos humanos e o universo material ao seu redor constitui-se como fator potencialmente significativo no estabelecimento dos processos da memória. Tal associação se estabelece de modo que nossa capacidade de lembrança está diretamente determinada por referentes espaciais. Esta é dependente e determinada pela aderência dos indivíduos e dos grupos sociais dos quais fazem parte, aos espaços e ao meio material circundante, não há, portanto, memória que se desenvolva fora de um quadro espacial. O meio material se estabelece, por excelência, como nosso suporte temporal.

Conforme Pollak²⁹, os lugares ao atuarem como suportes de memória, podem ser lugares vividos pessoalmente, lugares que digam respeito a um período “vivido por tabela” ou ainda lugares relacionados a uma memória fora do espaço-tempo do indivíduo ou grupo. Dessa forma fica claro que um ponto fundamental que habilita os lugares de memória a atuarem como importantes referências para a memória diz respeito à durabilidade do meio material.

Considerações finais

O capítulo das secas no Ceará aqui apresentado, que possui Senador Pompeu como testemunha e território, vêm ao longo dos anos sendo deixado às margens da história do Brasil, silenciando as vozes excluídas e marginalizadas dos flagelados da seca. Esse processo de desaparecimento de memórias e narrativas merece ser tratado com a importância devida, sendo combatido veementemente através da promoção de uma maior visibilidade dos acontecimentos passados às gerações atual e futura, com



uma reflexão acerca dos eventos traumáticos ocorridos e de como o conhecimento destes pode interferir em decisões futuras mais responsáveis humana e politicamente.

Uma das formas de inserir as narrativas das memórias marginais é por meio de uma política pública cultural voltada ao social, que tenha o compromisso de monumentalizar essas narrativas, valorizando-as simbolicamente na cidade, fazendo-as sentir-se parte do todo social, da diversidade cultural. O Campo de Concentração do Patu e a Caminhada da Seca, por seus legados da memória e sua significação aos pompeuenses, tem sua existência condicionada à preservação dessa memória, tanto em relação ao patrimônio material quanto em relação ao patrimônio imaterial, estando tal proteção obrigada à coletividade e ao Estado.

Essa existência condicionada, embasada nos conceitos de Lugares de Memória e Sítios de Consciência apresentados, e a necessidade da monumentalização dessas narrativas, aponta para o estabelecimento de uma dinâmica no espaço que as abriga em que ambas atuem como ferramentas para o engajamento do público local. Este pode participar de maneira ativa, podendo ser incluído no projeto, a partir da execução de ações de mediação, programas educativos, discussão e execução, entre outros. Tal dinâmica pode ser institucionalizada em um museu, que coloque em questão o papel social dos museus e que vá além das instâncias de representação das experiências humanas, assumindo uma boa dose de “ativismo”. Através desta instituição e de sua forma de atuação deve ser ressaltado o sentido da patrimonialização da memória como forma de luta social.

A mensagem central defendida por esta instituição deve ser de que a lembrança destes acontecimentos funcione como catalisadora de um movimento que impeça a repetição de situações semelhantes. Ao mesmo tempo em que oferece um espaço físico e uma oportunidade para o luto, cicatrização e reflexão para as perdas decorridas do evento, possui um efeito potencialmente significativo para os familiares, no que se refere às perdas humanas. Constitui-se assim como local em que memórias, por vezes legadas à clandestinidade, podem ascender ao espaço público de forma a garantir uma instância de preservação e compartilhamento, revelando um entendimento da memória como instância de resistência e obstáculo à ocultação.

Notas e bibliografia

¹ NEVES, Frederico. A seca na história do Ceará. In: **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 35.

² RIOS, Kênia. **Isolamento e Poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 2014, p. 68.

³ MARTINS, Aterlane. **Das santas almas da barragem à caminhada da seca: projetos de patrimonialização da memória no Sertão Central cearense**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 2015, p. 30.

⁴ MARTINS, *op. cit.*, p. 31.

⁵ RIOS, *op. cit.*, p. 60.

⁶ NEVES, *op. cit.*, p. 47.



- ⁷ RIOS, *op. cit.*, p. 95.
- ⁸ NEVES, *op. cit.*, p. 58.
- ⁹ RIOS, *op. cit.*, p. 93.
- ¹⁰ MARTINS, *op. cit.*, p. 53.
- ¹¹ RIOS, *op. cit.*, p. 109.
- ¹² GIOVANAZZI, João Paulo. **Migalhas do sertão**. Senador Pompeu: [s.n.], 1998, p. 3.
- ¹³ MARTINS, *op. cit.*, p. 70.
- ¹⁴ MPCE firma acordo para preservar antigo campo de concentração em Senador Pompeu. **MPCE**, 2017. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/2017/04/17/mpce-firma-acordo-para-preservar-antigo-campo-de-concentracao-em-senador-pompeu/>>. Acesso em: 16 de dez. de 2021.
- ¹⁵ GALLO, Haroldo. Arqueologia, arquitetura e cidade. In: **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006, p. 98.
- ¹⁶ JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, p. 57.
- ¹⁷ HOFFMAN, Felipe. **O espaço construído na produção de lugares de memória: reflexões sobre museus e lugares de memória do trauma**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 15.
- ¹⁸ HOFFMAN, *op. cit.*, p. 16.
- ¹⁹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 9.
- ²⁰ VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 37.
- ²¹ NORA, Pierre. **Les Lieux de mémoire**. Montevideo: Trilce, 1932, p. 13.
- ²² NORA, *op. cit.*, p. 15.
- ²³ POLLAK, *op. cit.*, p. 13.
- ²⁴ NORA, *op. cit.*, p. 21.
- ²⁵ RODRIGUES, Giseli Giovanella. **A importância da memória para uma cidade**. São Paulo: Univates, 2010, p. 25.
- ²⁶ HOFFMAN, *op. cit.*, p. 65.
- ²⁷ HOFFMAN, *op. cit.*, p. 65-66.
- ²⁸ HOFFMAN, *op. cit.*, p. 58.
- ²⁹ POLLAK, *op. cit.*, p. 16.

Artigo enviado para publicação: 12/09/2021

Artigo aceito para publicação: 16/11/2021